

DIÁRIO DE CUIABÁ

Fundador: Álvés de Oliveira

Cuiabá, domingo, 2 de abril de 2000

Ano XXI - N.9562 - Capital R\$ 1,50 e interior 2,00

HIDROVIA ARAGUAIA-TOCANTINS

Fazendeiros e ambientalistas divergem sobre corredor fluvial

Mais de 400 pessoas de 10 municípios da região nordeste de Mato Grosso participaram ontem em São Félix do Araguaia (1,1 mil quilômetros ao nordeste de Cuiabá) de uma audiência popular onde foram debatidos impactos ambientais que podem ocorrer com a implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins. A audiência foi organizada pela Prelazia de São Félix do Araguaia, coordenada pelo Bispo Dom Pedro Casaldáliga, e pelo Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural (Cebrac), uma organização não governamental sediada em Brasília. Estiveram presentes à audiência diversas entidades populares. Entre elas, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso. A necessidade da hidrovia foi defendida pelos fazendeiros, através da Associação dos Empreendedores do Médio Araguaia. Já os ambientalistas são contrários a criação da hidrovia. Página B1

INSTITUTO	
	Documentação
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	<i>Diário de Cuiabá</i>
Data	<i>2/4/2000</i> Pg <i>A1 e B1</i>
Class.	<i>108</i>

Cuiabá, domingo, 02 de abril de 2000

ARAGUAIA-TOCANTINS

Mais de 400 debatem hidrovia

Com presença confirmada, Ahitar decide, em cima da hora, não comparecer à audiência popular

ARQUIVO/DC



O rio Araguaia, onde vai funcionar o corredor fluvial que transportará a produção agrícola da região

JOANICE PIERINI LOUREIRO
 Enviada Especial a São Félix do Araguaia

Mais de 400 pessoas de 10 municípios da região nordeste de Mato Grosso participaram ontem em São Félix do Araguaia (1,1 mil quilômetros ao nordeste de Cuiabá) de uma audiência popular onde foram debatidos impactos ambientais que podem ocorrer com a implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins.

A audiência foi organizada pela Prelazia de São Félix do Araguaia, coordenada pelo Bispo Dom Pedro Casaldáliga, e pelo Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural (Cebac), uma organização não governamental sediada em Brasília.

Até as 18h30 de sexta-feira estava confirmada a presença de um representante da Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia (Ahitar) que faria, no início da audiência, uma apresentação sobre os principais aspectos da obra.

No final da tarde de anteontem, no entanto, através de um fax, o superintendente da Ahitar, Rogério Barzellay, informou que, por orientações da assessoria jurídica da administração, ninguém comparecia.

O fax argumenta que a audiência popular poderia ser confundida com uma audiência pública. As públicas foram suspensas por decisões judiciais, que acataram ações improprias pelo Ministério Público Federal e pelo Instituto Sócio-ambiental (ISA), representante dos índios xavantes de Areões e Pimentel Barbosa.

"Estamos impedidos de participar em razão da hipótese de interpretação de estarmos incorrendo em desobediência à referida deliberação da Justiça", destaca o documento.

"Na semana passada haviam nos confirmado pessoalmente que participariam", lamentou o coordenador técnico do Cebac, Maurício Galinkin. O Cebac realizou, entre os últimos meses de setembro e fevereiro, o estudo "Painel de Especialistas Independentes".

Com 190 páginas, a pesquisa faz uma análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), feito pela Fundação de Amparo e Desenvolvimento à Pesquisa (Fadesp), da Universidade Federal do Pará (UFPA), a pedido da Ahitar. Geólogos e biólogos alegam que, caso a obra seja efetuada, os prejuízos ambientais para toda a região do Araguaia podem ser irreversíveis.

Estiveram presentes à audiência diversas entidades populares. Entre elas, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso (Adufmat).

O deputado estadual Gilney Viana (PT), que nos dias que antecederam a audiência percorreu comunidades ribeirinhas e indígenas que serão afetadas pelo projeto, também esteve presente. Entre indígenas participaram cerca de 50 representantes das comunidades tapirapé e karajás, que estão entre as mais atingidas por uma possível implantação do corredor fluvial nos rios da região.

Associação de empreendedores defende projeto

Da Enviada Especial

A necessidade de uma hidrovia nos rios das Mortes, Araguaia e Tocantins foi defendida ontem, durante a audiência popular, pela Associação dos Empreendedores do Médio Araguaia (Apamara).

Produtores rurais e empresários acreditam que a região não cresce economicamente porque não existem alternativas de escoamento para a matéria-prima local. "Os rios são um meio de transporte natural. Não precisam ser 'abertos'. Só precisam de uns retoques", acredita o presidente da entidade, Jandir Berte.

O presidente aponta que os argumentos ambientais levantados durante a audiência, de que o Rio Araguaia pode secar com as obras de implantação do empreendimento, são falsas.

"Eles (administradores da hidrovia) precisam da água para escoar nossos produtos. Nunca fariam um projeto que acabasse justamente com isso", compara Berte. Na avaliação do presidente, "a implantação da hidrovia é progresso para toda a região".

O advogado e produtor rural Hugo Alovisi, que há 27 anos mora em São Félix do Araguaia, avalia que as obras podem trazer impactos ambientais ao rio, mas acha que estes aspectos são mínimos frente à possibilidade de crescimento que será ofertada.

"Os impactos serão insignificantes perto da geração de emprego e renda que acontecerá", diz. (JPL)

O mapa da hidrovia



'Quando a barcaça passar, nós vamos botar fogo'

Da Enviada Especial

Índios tapirapés das aldeias Maytyri e Urubu Branco, e karajás, de Tytema, divulgaram durante a audiência popular de ontem cartas de repúdio à hidrovia Araguaia-Tocantins.

"Se o governo insistir, quando a barcaça passar por nossas terras, nós vamos tocar fogo", diz a carta dos karajás. Assinados por lideranças de várias idades, os manifestos foram redigidos nas aldeias

nos dias que antecederam a realização do encontro, realizado na Prelazia de São Félix.

O povo tapirapé, da aldeia Maytyri, de Santa Terezinha, aponta que hidrovia "vai trazer danos para o meio ambiente, doenças para as crianças e prostituição para as mulheres".

A carta fala ainda que só serão beneficiados os proprietários de terras, de grandes fazendas e produtores de soja. "O rio é nossa principal fonte de ali-

mento. Queremos que o rio continue vivo, para que continuemos vivos também", afirmam.

A carta de repúdio dos tapirapés de Urubu Branco, em Confresa, inclui dez questões. Entre elas "quais os critérios que o governo vai adotar para impedir a invasão de nossos territórios?". O manifesto questiona ainda "como o governo possui dinheiro para a hidrovia, e não possui dinheiro para saúde e educação?"

Os karajás, também de

Santa Terezinha, lembram na carta que Aruanã pode ir embora, caso a hidrovia se instale. Aruanã, uma representação espiritual dos índios presente em todos os rituais, segundo a crença indígena, mora nos fundos do Araguaia.

"Com a hidrovia, Aruanã vai nos deixar, porque não gosta de barulho", descrevem. Os karajás também acreditam que a hidrovia pode trazer "muita gente estranha", o que elas não querem. (JPL)